

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos intangíveis	7	2 684	13 945
Total do ativo não corrente		2 684	13 945
ATIVO CORRENTE			
Outros créditos a receber	9	517 221	507 032
Outros ativos financeiros	8	-	2 000 117
Caixa e depósitos bancários	4	2 762 542	730 314
Total do ativo corrente		3 279 763	3 237 463
Total do ativo		3 282 447	3 251 408
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	13	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados	13	1 196 664	1 156 603
		2 584 081	2 544 020
Resultado líquido do período		26 129	40 061
Total do capital próprio		2 610 210	2 584 081
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	10	-	9 966
Total do passivo não corrente		-	9 966
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	20	6 411	31 278
Outras dívidas a pagar	12	665 826	606 791
Fornecedores	11	-	19 292
Total do passivo corrente		672 237	657 361
Total do passivo		672 237	667 327
Total do capital próprio e do passivo		3 282 447	3 251 408

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO

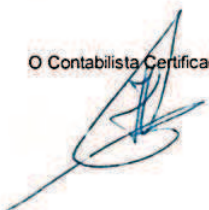
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)


RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	14	2 061 032	2 014 813
Fornecimentos e serviços externos	15	(1 698 835)	(1 641 058)
Gastos com o pessoal	16	(287 803)	(265 177)
Outros rendimentos	17	23 532	7 499
Outros gastos	18	(45 624)	(22 892)
Provisões (aumentos/reduções)	10	9 966	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		62 268	93 175
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(11 261)	(11 261)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		51 007	81 914
Juros e rendimentos similares obtidos	19	-	117
Resultado antes de impostos		51 007	82 031
Imposto sobre o rendimento do período	20	(24 878)	(41 970)
Resultado líquido do período		26 129	40 061
Resultado por ação básico	21	0,13	0,20

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31/12/2019		1 000 000	200 000	187 417	1 141 092	15 511	2 544 020
Aplicação do resultado de 2019		-	-	-	15 511	(15 511)	-
Resultado líquido do período de 2020	12	-	-	-	-	40 061	40 061
Saldos em 31/12/2020		1 000 000	200 000	187 417	1 156 603	40 061	2 584 081
Aplicação do resultado de 2020	12	-	-	-	40 061	(40 061)	-
Resultado líquido do período de 2021	12	-	-	-	-	26 129	26 129
Saldos em 31/12/2021		1 000 000	200 000	187 417	1 196 664	26 129	2 610 210

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 132 878	2 131 998
Pagamentos a fornecedores		(1 731 836)	(1 584 783)
Pagamentos ao pessoal		(219 446)	(297 916)
Caixa gerada pelas operações		181 597	249 299
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(42 807)	(38 143)
Outros recebimentos/pagamentos		(106 679)	(88 828)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		32 111	122 328
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	-	(2 000 000)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8	2 000 000	2 000 000
Juros e rendimentos similares		117	1 116
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 000 117	1 116
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2)			
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.5 (ii)	730 314	606 870
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.5 (ii)	2 762 542	730 314

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de fundos de pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A. da Santander AM Holding, S.L., pelo que a Sociedade passou a ser detida diretamente pelo Banco Santander S.A. em Espanha.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade era responsável pela gestão dos do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa (adiante conjuntamente designados por Fundos de Pensões).

É expectável que o volume atualmente sob gestão venha a aumentar quando se concretizar a transferência para a Sociedade, da gestão do Fundo de Pensões BANIF, após as devidas aprovações regulatórias. Este processo encontra-se em curso desde 18 de julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, a Oitante e o Banco Santander Totta (“BST”), em que se solicitou a extinção de quota-parte e posterior transferência da gestão do Fundo de Pensões BANIF para a Santander Pensões.

No futuro, é intenção do acionista proceder à transferência da gestão dos Fundos de Pensões, incluindo o Fundo de Pensões BANIF, após a referida aprovação da transferência para a Sociedade, para a Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Estas alterações estão, no entanto, sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pela Entidade Reguladora, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), não sendo assim possível nesta data determinar quando tal se irá concretizar nem em que moldes esta operação poderá ocorrer, nomeadamente, se poderá resultar de uma fusão entre as duas entidades ou de uma transferência de gestão dos Fundos de Pensões, com o esvaziamento da atividade da Sociedade e possível liquidação. A Administração considera que, não obstante existir esta intenção, que vem alinhar o negócio de gestão dos fundos de pensões em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente, centralizando as atividades e otimizando as estruturas dedicadas já existentes, não é o objetivo que tal ocorra em 2022, pelo que a atividade da Sociedade deverá prosseguir normalmente neste exercício.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas do SNC aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos e passivos correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos e passivos não correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2020.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não registou qualquer saldo relativo a ativos fixos tangíveis.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é depreciado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos que se considera refletir de forma adequada o período de vida útil do ativo.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.5. Instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) **Outros créditos a receber**

Os outros créditos a receber encontram-se registados no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento original inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado, entendendo a Sociedade que não existem diferenças materialmente relevantes para o respetivo justo valor.

(iii) **Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos/contratos de gestão dos Fundos de Pensões sobre o valor da média aritmética das valorizações da carteira no último dia de cada mês do trimestre.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos fundos de pensões por si geridos são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%	0,21%

3.7. Comissões a pagar

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos dois Fundos de Pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos dos Fundos de Pensões no último dia de cada mês do trimestre ("comissões de gestão"). Esta comissão é cobrada trimestralmente.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos Fundos de Pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("comissão adicional").

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)

3.8. Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertos. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

3.9. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "Diferimentos", no Ativo ou Passivo, em "Outros créditos a receber" (Nota 9) ou em "Outras dívidas a pagar" (Nota 12).

3.10. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço (eventos não ajustáveis ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

- Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	2 762 542	730 314
	<u>2 762 542</u>	<u>730 314</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2021 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e nas estimativas.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A. em Espanha pelo que, além do pessoal-chave da gestão, as partes relacionadas correspondem às empresas do Grupo Santander e aos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2021, os membros do Conselho de Administração são conforme segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente (PCA);
- José Manuel Neves – Administrador executivo;
- Luís Manuel Matos Figueiredo – Administrador executivo;
- Lázaro de Lázaro Torres – Administrador não executivo;
- Jack Gustaaf C. Treunen – Administrador não executivo; e
- Sara Eusébio da Fonseca – Administrador não executivo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 220 238 euros e 203 347 euros, respetivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo com vencimento original superior a 3 meses e apresentava a seguinte composição:

Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	31/12/2020	31/12/2021
						Montante total	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2021	0,000%	1 000 000	102	1 000 102	-
BST	EUR	22 de julho de 2021	0,000%	1 000 000	15	1 000 015	-
				<u>2 000 000</u>	<u>117</u>	<u>2 000 117</u>	<u>-</u>

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões de gestão:		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	516 763	506 621
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	458	411
	<u>517 221</u>	<u>507 032</u>

Os saldos a receber divulgados resultam do acréscimo das comissões de gestão dos Fundos de Pensões relativas ao último trimestre do exercício de 2021.

10. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Outras Provisões	9 966	-	(9 966)	-	-

	2020				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Outras Provisões	9 966	-	-	-	9 966

As "Outras Provisões" tinham por objetivo fazer face a responsabilidades no âmbito da atividade desenvolvida pela Sociedade entre 2014 e 2016, decorrentes de diferentes interpretações da legislação fiscal e para as quais a Administração considerava ser mais provável do que não a ocorrência de desembolsos no futuro.

11. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Banco Santander Totta, S.A.	-	3 192
Santander Asset Management - SGOIC, S.A.	-	16 100
	<u>-</u>	<u>19 292</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)

Em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se registados em "Fornecedores" os valores por pagar relativos à remuneração fixa da Administração e do colaborador cedido. A remuneração acrescida a esta data era referente ao mês de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, este montante encontra-se registado em "Outras dívidas a pagar" (Nota 12).

12. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management - SGOIC, S.A.:		
Comissão de gestão	375 280	367 627
Comissão adicional	122 529	139 421
Serviços obtidos e não faturados	24 986	24 986
Remuneração fixa	43 209	-
Remuneração variável	99 822	74 757
	<u>665 826</u>	<u>606 791</u>

Em 31 de dezembro de 2021 encontrava-se por pagar o último trimestre das comissões de gestão e a comissão adicional relativas ao exercício de 2021, as quais foram liquidadas em janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor por pagar correspondente à "Remuneração fixa" encontrava-se registado em "Fornecedores" (Nota 11).

A rubrica "Remuneração fixa" apresenta o acréscimo da remuneração relativo aos meses de novembro e dezembro de 2021.

A rubrica "Remuneração variável" refere-se ao acréscimo dos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho nos exercícios de 2018 e 2019, encontrando-se o pagamento diferido por três anos, de acordo com os requisitos regulamentares. A remuneração variável atribuída com referência ao desempenho no exercício de 2020 foi integralmente paga no exercício de 2021 (Nota 16).

13. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Sociedade estava representado por 200 000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2021 e 2020 as reservas legais são 20% do capital social da Sociedade.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 19 de fevereiro de 2021, foi decidido e aprovado que o resultado líquido do exercício de 2020, no montante de 40 061 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022, foi proposto, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, que o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de 26 129 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)14. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado como se segue:

	2021	2020
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	2 059 220	2 012 536
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 812	2 277
	<u>2 061 032</u>	<u>2 014 813</u>

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada como se segue:

	2021	2020
<u>Prestação de serviços profissionais</u>		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões	1 609 563	1 598 315
Contabilidade	25 830	25 830
Auditoria, consultoria e outros serviços	42 332	16 010
Outros trabalhos especializados	21 030	833
Outros	80	80
	<u>1 698 835</u>	<u>1 641 068</u>

Nos exercícios de 2021 e 2020, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos serviços de contabilidade prestados pela Gesban Servicios Administrativos Globales S.A., Sucursal em Portugal (Gesban PT).

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda para os exercícios de 2021 e 2020, detalham-se como se segue:

	2021	2020
Revisão legal das contas anuais (i)	14 150	13 970
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	9 630	3 490
	<u>23 780</u>	<u>17 460</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas.

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Gastos com o pessoal" é detalhada como se segue:

	2021	2020
<u>Remuneração de:</u>		
Órgãos de gestão - Remuneração fixa	151 212	205 373
Órgãos de gestão - Remuneração variável	68 400	2 970
Órgão de fiscalização	23 680	15 665
Colaboradores cedidos	23 361	29 632
Outros benefícios	13 376	5 039
Encargos sociais	7 774	6 499
	<u>287 803</u>	<u>265 177</u>

A Sociedade recorre a 1 colaborador cedido pelo Banco Santander Totta, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2021		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Mário José Silva Jerónimo	Presidente	7 520
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	5 520
José Francisco Antunes Rodrigues	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>
2020		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	7 520
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	5 520
José Francisco Antunes Rodrigues	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>

Os valores acima apresentados não incluem IVA.

Órgãos de Gestão

Em 31 de dezembro 2021, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como indicados na **Nota 6.2**.

A 29 de dezembro de 2020, em Conselho de Administração, foi apresentada pelo Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina a carta de renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração (PCA).

O novo membro do Conselho de Administração, Dr. Luís Manuel Matos Figueiredo, teve como data de início de mandato 17 de agosto de 2021, após aprovação pela ASF.

Em 2021 e 2020, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração detalham-se conforme se segue:

	2021	2020
Remuneração fixa:		
José Neves	55 977	55 977
Nuno Henriques	40 000	34 401
Luis Figueiredo	11 072	-
Joaquim Calça e Pina	-	68 208
	<u>107 048</u>	<u>158 586</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2021 e 2020.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)

A remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2021 tinha a seguinte desagregação:

	Pecuniário (euros)	Ações (euros)
Remuneração variável:		
Estimado em 2021 e a atribuir em 2022, 2023, 2024 e 2025		
Nuno Henriques	22 930	22 930
José Neves	6 920	6 920
Luis Figueiredo	4 350	4 350
	<u>34 200</u>	<u>34 200</u>
Atribuído em 2020 e pago em 2021		
José Neves	5 000	5 000
Nuno Henriques	9 000	9 000
	<u>14 000</u>	<u>14 000</u>
Atribuída em anos anteriores e paga em 2021		
José Neves	8 027	5 039
Joaquim Calça e Pina	9 749	6 325
	<u>17 776</u>	<u>11 364</u>
Atribuída em anos anterior e a diferir em 2022, 2023 e 2024		
Joaquim Calça e Pina	9 573	7 245
José Neves	6 827	5 137
	<u>16 400</u>	<u>12 382</u>

O emitente das ações atribuídas aos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade é o Banco Santander S.A. (Espanha).

A política de remunerações da Sociedade prevê a possibilidade de, através dos seus órgãos competentes, decidir pelo não diferimento da remuneração variável quando este valor total não seja superior a 50.000 euros. Não se verificando a ultrapassagem deste limite, foi deliberado o pagamento integral relativo à remuneração variável atribuída em 2020, realizado em 2021.

17. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada como se segue:

	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos:		
Excesso de estimativa de imposto do exercício anterior	6 940	-
Outros	16 592	7 499
	<u>23 532</u>	<u>7 499</u>

A rubrica "Outros" inclui 12 582 euros resultantes do excesso de estimativa verificado no momento do pagamento da remuneração variável relativa a 2020.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)**18. OUTROS GASTOS**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros gastos e perdas:		
Quotizações	9 423	7 633
Insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	-	14 350
Outros	36 201	909
	<u>45 624</u>	<u>22 892</u>

A rubrica "Outros" inclui 24 608 euros justificados pela correção realizada à estimativa de remuneração variável a pagar à Administração em instrumentos financeiros, referente aos exercícios de 2018 e 2019.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos a prazo	-	117

20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para os exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 euros 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros 9%

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	(6.411)	-	(31.278)
	-	(6.411)	-	(31.278)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como se segue:

	2021	2020
Resultado antes de impostos	51.007	82.031
Reversão de provisões constituídas em anos anteriores	(9.966)	-
Benefícios fiscais	(4.122)	-
Lucro tributável	36.919	82.031
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(7.753)	(17.227)
Derramas	(554)	(1.230)
Tributação autónoma	(18.133)	(23.513)
Outros	1.562	-
Total do imposto corrente	(24.878)	(41.970)
Total do imposto registado em resultados	(24.878)	(41.970)
Insuficiência/excesso de IRC relativo a anos anteriores (Notas 17 e 18)	6.940	(14.350)
Carga fiscal	35,17%	68,66%
Carga Fiscal já paga / a pagar		
Pagamentos especiais por conta	(18.467)	(10.692)
Estimativa de imposto a pagar / (a receber)	6.411	31.278

21. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram determinados conforme se segue:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	26.129	40.061
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício	200.000	200.000
Resultado por ação básico	0,13	0,20

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)**22. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS**

	Valor patrimonial	
	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de pensões fechado:		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	1 164 201 916	1 143 045 620
Fundo de pensões aberto:		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	867 567	788 083
	1 165 069 483	1 143 833 703

Em 31 de dezembro de 2021, os níveis de cobertura de responsabilidades por serviços passados no Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa são de 102% e de 222%, respetivamente.

23. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

	31/12/2021				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 762 542	-	-	-	2 762 542
Outros créditos a receber (Nota 9)	517 221	-	-	-	517 221
	3 279 763	-	-	-	3 279 763

	31/12/2020				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	730 314	-	-	-	730 314
Outros ativos financeiros (Nota 8)	2 000 117	-	-	-	2 000 117
Outros créditos a receber (Nota 9)	507 032	-	-	-	507 032
	3 237 463	-	-	-	3 237 463

Conforme referido na **Nota 3.5**, a Sociedade estima que o custo amortizado dos depósitos bancários e dos outros créditos a receber não seja materialmente distinto do respetivo justo valor.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em euros)Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que a sua atividade se resume à gestão de fundos de pensões. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4) e aos outros créditos a receber, nomeadamente comissões de gestão dos fundos de pensões ainda não recebidas.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *financing*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros ativos financeiros" ascendiam a 2 762 542 euros e a 2 730 314 euros, respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição significativa ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial, tendo em atenção que os ativos e passivos se encontram denominados em euros. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

24. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2021 e 2020 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantabria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

25. MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Margem de Solvência detalhava-se como se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
I - Elementos constitutivos da Margem de Solvência	2 607 526	2 570 137
II - Margem a constituir:		
Atividade de Fundos de Pensões		
Resultado	1 840 069	1 818 834
Fundo de Garantia mínimo legal	800 000	800 000
Montante da Margem a Constituir	1 840 069	1 818 834
Montante do Fundo de Garantia a Constituir	800 000	800 000
III - Montante total da margem a constituir	1 840 069	1 818 834
IV - Montante total do fundo de garantia a constituir	800 000	800 000
V - Excesso / Insuficiência da Margem de Solvência = (I - II)	767 457	751 303
VI - Taxa de cobertura da Margem de Solvência = (I / III)	141,71%	141,31%

26. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE PANDEMIA

Ativação do Plano de Contingência

O Plano de Continuidade de Negócio que a Sociedade adotou no início da pandemia manteve-se ativo durante parte do ano 2021, tendo a Sociedade terminado o ano com todos os seus colaboradores em situação de teletrabalho, sem se terem verificado impactos significativos para a atividade.

Tendo-se mantido o cenário de alguma instabilidade na situação pandémica do país ao longo de todo o ano, a entidade gestora foi sucessivamente adaptando o plano de regresso/retorno dos colaboradores às instalações físicas, implementando o regime de teletrabalho total ou parcial de forma alternada, para dar cumprimento às orientações para o recurso ao teletrabalho, tendo em conta o normativo vigente em cada data e as regras adotadas pela Sociedade.

A declaração do estado de pandemia constituiu um teste à robustez do modelo de controlo interno implementado, quer ao nível de procedimentos, com as necessárias adaptações de alguns processos de forma a garantir o nível de efetividade esperado para o perfil de risco da entidade gestora, quer ao nível das respostas a providenciar a clientes, entidade reguladora e acionista, e em face de ausência de incidências relevantes, conclui-se que o modelo se revelou robusto em face de situações extremas não anteriormente testadas.

Impacto nas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração considera que a situação de pandemia não teve impactos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade nem é provável que venha a ter no futuro próximo.

Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias observadas decorrentes da pandemia e as previsões a esta data não colocam em causa a continuidade da Sociedade.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e devessem ser registados e/ou divulgados.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

